



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5023208-12.2019.4.04.0000/RS**

**AGRAVANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**AGRAVADO:** GAVIAO PESCADOR TRANSPORTES LTDA - ME

**AGRAVADO:** IPÊ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA.

**AGRAVADO:** JOSE CARLOS MIRANDA

**AGRAVADO:** JOSE RICARDO SIVIERO

**AGRAVADO:** LIFE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

**AGRAVADO:** LUCIMAR TEREZINHA WEISS

**AGRAVADO:** LUIZ CARLOS PEREIRA

**AGRAVADO:** MARCOS AUGUSTO ONISHI

**AGRAVADO:** PASSAGEM - INDUSTRIA E COMERCIO DE GELO LTDA - ME

**AGRAVADO:** REINALDO JUNIOR FONSECA DE ALMEIDA MUJO

**AGRAVADO:** TRANSPORTE E COMERCIO DE PESCADOS MAGALHAES EIRELI

**AGRAVADO:** VALDECIR DOS SANTOS

**AGRAVADO:** YAGO MENEZES PEIXOTO

**AGRAVADO:** MILE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

**AGRAVADO:** ALMIR BRANDAO

**AGRAVADO:** DAYANA GONCALVES SANT ANA

**AGRAVADO:** COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PESCADOS KOWALSKY LTDA.

**AGRAVADO:** GUSTAVO ROCHA MEINTANIS

**AGRAVADO:** JOAO BATISTA PEREIRA

**AGRAVADO:** JOSE GILVANIA BARRETO

**AGRAVADO:** LAURO DOS SANTOS

**AGRAVADO:** LIZETI FERREIRA

**AGRAVADO:** LUIGI FRANZESE

**AGRAVADO:** MARCOS ANTONIO PEIXOTO DA FONSECA

**AGRAVADO:** MARCOS AURELIO DA SILVA

**AGRAVADO:** RAQUEL DOS SANTOS BRANDAO DA CONCEICAO

**AGRAVADO:** RICARDO GOMES LARA

**AGRAVADO:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

**AGRAVADO:** WILSON SERAFIM DOS REIS

**AGRAVADO:** BAZILIO PEREIRA FILHO

**AGRAVADO:** EDUARDO CUNHA FERREIRA

**AGRAVADO:** FRANZESE INDUSTRIA E COMERCIO DA PESCA LTDA

**DESPACHO/DECISÃO**

Trata-se de pedidos de reconsideração em face de decisão proferida pelo Desembargador Federal Márcio Antonio Rocha que, em regime de plantão, deferiu tutela provisória *"no sentido de suspender parcialmente a 'safra' da pesca da tainha industrial, para todos as embarcações autorizadas pela Portaria SAP/MAPA n. 2.499/2019, que se encontrem nas situações indicadas na petição inicial sob itens b.3.1.1 (embarcações que se encontram com o CTF de seu titular cancelado) e b.3.1.2 (embarcações que seus titulares não contemplam registro no Cadastro Técnico Federal), e a todas as embarcações referidas no Ofício 393/2019-DIPRO/IBAMA (fls 16) que previamente a qualquer captura de tainha, tenham incorrido nas seguintes irregularidades: II – saídas para atividade pesqueira sem indicação de data; III – indicação de data sem atividade pesqueira; e IV – embarcações que não registraram data de saída. A União, por seu órgão competente, deverá, incontinenti, providenciar a comunicação, por todos meios disponíveis, inclusive por rádio das embarcações, inclusive certificando a ocorrência, aos responsáveis pelas Embarcações enquadradas na situação do item 1 quanto à suspensão das autorizações de pesca, disponibilizando, ainda, de forma clara e pública, lista das embarcações afetadas por esta decisão, sob pena de multa diária de R\$500.000,00. No prazo de 24 horas da comunicação do presente, deverá ser juntado pelos responsáveis pelo sistema SISTAINHA, extratos dos quantitativos hora a hora de pesca já comunicados desde o início do período de autorização de pesca"* (evento 3).

A UNIÃO peticionou nos autos defendendo seu ato, postulando a reconsideração da decisão para revogar a tutela concedida, bem como para que os autos sejam enviados ao Gabinete da Desembargadora Federal Vivian Josete Panteleão Caminha para aferir eventual prevenção em relação à ACP nº 5022046-79.2019.4.04.0000 (evento 10).

O pedido de reconsideração da UNIÃO foi indeferido ainda em plantão (evento 12).

O MPF interpôs agravo interno contra a decisão postulando fosse *"dado efeito suspensivo ativo a todos os pedidos do agravo de instrumento, notadamente a suspensão da safra da tainha para pesca industrial de cerco pelo menos até que a ré União estabeleça, e de modo público, confiável e auditável, os controles necessários a aferir on line e em tempo real a observância, pelos demais réus, das cotas que lhes foram individualmente atribuídas (b.1); ou subsidiariamente, pelas razões expostas na petição inicial, a suspensão da Portaria SAP/MAPA nº 2.499/2019 em relação às embarcações listadas em seu Anexo I que possuam capacidade de carga superior à cota de pesca individualmente atribuída (b.2); a suspensão da Portaria SAP/MAPA nº 2.499/2019 em relação às embarcações listadas em seu Anexo I que tenham sido autuadas pelo IBAMA (b. 3.1.3); a suspensão da Portaria SAP/MAPA nº 2.499/2019 em relação às embarcações listadas em seu Anexo I que tenham apresentado falhas no rastreamento por satélite (PREPS) nos últimos 12 meses (b. 3.1.4), bem como, em qualquer caso, ainda, a fixação de multa para o caso de*

*inobservância, por qualquer dos réus, da suspensão que venha a ser determinada por esse MM. Juízo ad quem (b.4), reconhecendo-se a legitimidade passiva dos réus que venham a ser abrangidos pela decisão."* Requereu a reconsideração da decisão liminar ou a inclusão do agravo interno em pauta.

MARCOS ANTONIO PEIXOTO DA FONSECA (YAGOPESCAF), YAGO MENEZES PEIXOTO (YAGO F), VALDECIR DOS SANTOS (OURO PESCA), EDUARDO CUNHA FERREIRA (ESTRELA DO HORIZONTE V), COM IND PESC KOWALSKY IV), PASSAGEM IND COM GELO (VÔ LINDO) e TRANSP COM PESC MAGALHÃES (MAGALHÃES SILVA XVI) postularam a reconsideração da decisão alegando que: (a) foi proferida com base em informações novas que nem mesmo o MAPA foi capaz de exigir quando emitiu a Portaria nº 2.499 com a listagem das 32 embarcações autorizadas a pesca da tainha na modalidade cerco - safra/2019, já que o art. 4º da IN nº 9/2019 não trouxe como regra e/ou condição a apresentação de CTF; (b) os critérios determinantes para a concessão da licença da pesca da tainha/cerco/2019 são exclusivamente aqueles explícitos na IN nº 9/2019, emitida pela Secretaria de Aquicultura e Pesca, vinculada ao MAPA, órgão administrativo competente para tal análise, do que descabe ao Judiciário imiscuir-se nesta esfera administrativa; (c) a decisão vai de encontro à Política Nacional que fixa a garantia e geração de empregos e a própria flexibilização das atuações do MAPA; (d) os impeditivos apontados pelo MPF para a pesca de cerco não foram exigidos também dos pescadores das outras modalidades, como emalhe e artesanais; (e) por mais inovador que seja o requisito criado pelo MPF, qual seja a existência de Cadastro Técnico Federal - CTF -, os postulantes vêm apresentar sua documentação regular no ponto; (f) há uma perseguição às embarcações de cerco, violando a isonomia, em prejuízo da tripulação de cada embarcação (uma média de 18 pessoas) e de suas famílias (evento 20).

A UNIÃO agravou internamente destacando que, no âmbito da competência do MAPA, o Registro Geral de Atividade Pesqueira - RGP não tem como requisito o Cadastro Técnico Federal - CTF, não tendo sido este documento critério para a seleção das embarcações para a pesca da tainha na temporada 2019. Destacou que a fiscalização deste documento é de competência do IBAMA. Enfatizou que *"as inconsistências apontadas na exordial do MPF não interferirão no controle da cota estabelecida e nem deverão sofrer quaisquer sanções fiscalizatórias, (uma vez que os formulários de controle para a frota de cerco são diferenciados, e que as saídas de pesca requeridas na normativa são especificamente para essa frota, cujo objeto foge do escopo do agravo ora interposto. Com relação à fiscalização do IBAMA, as senhas já foram informadas aos interessados (...))".* Especificamente quanto a existência de problemas no rastreamento por satélite PREPS, afirmou que *"foi obrigatório, no momento da seleção das embarcações, que as embarcações estivessem aderidas e ativas no PREPS, e essas se encontravam (...) enfatizamos que esta ferramenta se encontra funcional para os fins que a norma prevê"*. Destacou que o SISTAINHA, sistema utilizado a partir de 2018, foi aperfeiçoado para

uso em 2019 através da plataforma ECM (Enterprise Content Management), que tem sistema e painel de acompanhamento em tempo real disponível para acesso na página do MAPA, estando apto à proteção da espécie em questão, a qual, de fato, *"apresenta sensibilidades em todo o seu ciclo de vida, desde seu recrutamento até seu processo reprodutivo"*, justamente o motivo pelo qual seu Plano de Gestão é objeto de estudo e diretrizes pelo MAPA/SAP, *"órgão legalmente instituído para a gestão dos recursos pesqueiros no país"*, o que é regularmente observado ano a ano, não se sustentando as alegações do MPF, em especial quando em face do estudo *"Avaliação do Estoque da Tainha (Mugil Liza): a atualização do status do estoque sul"* aprovado na 2ª Reunião do Subcomitê Científico vinculado ao Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos do Sudeste e Sul - CPG Pelágicos SE/S". *"Em relação ao prejuízo da capturabilidade nos períodos da agregação reprodutiva, considerando possíveis eventos de hiperagregações, a gestão por cotas de captura também se mostra a forma mais eficiente para manter a pesca dentro dos limites sustentáveis, pois quando se tem um limite de captura estabelecido, a embarcação industrial permissionada para pesca de tainha fica proibida de capturar valores além da cota, sob pena das sanções previstas na Lei."* Requereu a reconsideração, com a revogação da tutela, bem como a remessa dos autos ao Gabinete da Desembargadora Vivian, face à continência/conexão com a ACP 50035304820194047101.

O feito foi enviado ao Gabinete da Desembargadora Vivian Josete Pantaleão Caminha, que decidiu inexistir a prevenção, destacando que *"não há identidade de partes e o pedido formulado nesta ação civil pública é específico, não está abrangido por aquele deduzido na outra, nem lhe é prejudicial, inexistindo risco de decisões conflitantes"* (eventos 22 e 23).

O MPF peticionou nos autos enfatizando seu agravo interno no qual postula a ampliação do efeito suspensivo ativo (evento 24).

MARCOS ANTONIO PEIXOTO DA FONSECA (YAGOPESCAF), YAGO MENEZES PEIXOTO (YAGO F), VALDECIR DOS SANTOS (OURO PESCA), EDUARDO CUNHA FERREIRA (ESTRELA DO HORIZONTE V), COM IND PESC (KOWALSKY IV), PASSAGEM IND COM GELO (VÔ LINDO) e TRANSP COM PESC MAGALHÃES (MAGALHÃES SILVA XVI) reafirmaram seu pedido de reconsideração (evento 25).

LIZETI FERREIRA (ATENA F), MILE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - ME (CLARA C), MARCOS AURÉLIO DA SILVA (DOM MARCU'S) GAVIÃO PESCADOR TRANSPORTES LTDA ME (GAVIÃO PESCADOR III), MARCO AUGUSTO ONISHI (PRIMAVERA VIII) JOSÉ GILVÂNIO BARRETO (SEIVAL III), LUCIMAR TEREZINHA WWISS (VERDE VALE IV), LIZETI FERREIRA (PRIMAVERA XVI - ARRENDADO DE LIFE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA) e GUSTAVO

ROCHA MEINTAINIS (ALEXANDRE MAGNO IV) também postularam reconsideração, apresentando suas CTFs e firmando compromisso de avisar o IBAMA com a antecedência mínima de 5 (cinco) horas seu deslocamento ao porto de descarga, a fim de que o desembarque seja devidamente fiscalizado, eliminando, assim, qualquer dúvida a respeito, evitando também o risco à comunidade tradicional da pesca catarinense, a qual engloba todos os tipos de frota. Destacaram que a pretensão do MPF de vedar a pesca a embarcações autuadas, independente do trânsito em julgado dos respectivos processos administrativos, viola princípios constitucionais. Ao final, enfatizou que a arqueação bruta não é capacidade de carga (evento 26).

É o relatório.

Decido.

Primeiramente, destaco que nos termos do artigo 1.046 do Código de Processo Civil/2015, em vigor desde 18 de março de 2016, suas disposições se aplicarão desde logo aos processos pendentes, ficando revogada a Lei nº 5.869/1973, não se aplicando retroativamente, contudo, aos atos processuais já praticados e às situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada, conforme expressamente estabelece seu artigo 14.

No caso em tela, a decisão agravada foi publicada na vigência do CPC/2015, portanto, necessária a análise sob a ótica da lei atualmente em vigor.

Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência somente poderá ser deferida se houver nos autos elementos que evidenciem, concomitantemente, (a) a probabilidade do direito e (b) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Considerando que a decisão liminar foi examinada em juízo de plantão, passo a sua reapreciação.

No caso dos autos, na véspera da abertura da temporada de pesca da Tainha/2019, de posse da lista das 32 embarcações industriais de cerco/traineiras selecionadas para obterem Autorização de Pesca Complementar, o MPF ajuizou a Ação Civil Pública originária impugnando os requisitos tidos pelas autoridades administrativas como suficientes para garantir a hígidez da população da *Mugil liza*.

Conforme

**<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/recursos-pesqueiros/item/10444-plano-de-gest%C3%A3o-da-tainha>** , "*A tainha vive em média 10,5 anos e pode atingir cerca de 1 m de comprimento. A espécie constitui um dos mais importantes e tradicionais recursos pesqueiros do Sudeste e Sul do Brasil, dando suporte para os modos de vida de mais de 20 mil pescadores artesanais e mais de 1.000 pescadores que trabalham em embarcações industriais. A receita anual estimada dessa pescaria é cerca de 35 milhões de reais.*

*Contudo, os trabalhos científicos mais atuais apontam que existem diversas vulnerabilidades biológicas e ecológicas relacionadas com a pesca da tainha, principalmente em decorrência da captura ocorrer sobre agregações reprodutivas, durante a migração, e sobre juvenis, dentro dos estuários, antes da primeira reprodução".*

Nessas condições, a pesca da tainha em ambientes costeiros, ou seja, durante a migração, é regulada a título de proteção ambiental. Em 2015 foi desenvolvido, conjuntamente pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, o Plano de Gestão para o Uso Sustentável da tainha, aprovado por meio da Portaria MPA/MMA nº 04, de 14/05/2015, a qual reduziu o período de pesca, bem como limitou o número de embarcações autorizadas à pesca em cada temporada. A partir de então a questão é anualmente tratada por portarias ministeriais, interministeriais e das secretarias estaduais com plano de redução em 20% do número de embarcações em relação ao ano anterior. A intenção é encontrar o número de embarcações correspondentes a um esforço de pesca sustentável.

Para tanto, anualmente são publicadas normativas regulatórias da atividade. De acordo com o disposto no artigo 2º, inciso I, da Portaria SG/MMA nº 24/2018, previu-se para o dia 1º de junho o início da safra da tainha para a frota industrial de cerco/trainheiras, à qual foi atribuída, pela IN MAPA nº 08/2019, cota máxima de 1.592 (mil quinhentos e noventa e duas) toneladas (art. 1º, inciso I), a ser *"dividida igualitariamente entre as embarcações pesqueiras permissionadas"* ( § 1º), num total de até 32 (trinta e duas) embarcações (art. 2º, inciso I). A IN nº 09/2019 estabeleceu:

*"Art. 1º Estabelecer critérios e procedimentos para a concessão de Autorização de Pesca Complementar para a captura de tainha (Mugil liza), para as modalidades de cerco/trainheira e de emalhe anilhado na temporada de pesca do ano de 2019, conforme Instrução Normativa MAPA nº 8, de 8 de maio de 2019.*

*Art. 2º O número máximo de autorizações para a pesca de que trata o caput será de:*

*I - 32 (trinta e duas) embarcações para a frota de cerco/trainheira; e*

*II - 130 (cento e trinta) embarcações para o emalhe anilhado.*

*Parágrafo único. As Arqueações Brutas das embarcações não poderão ultrapassar o total de 3.168,5 (três mil, cento e sessenta e oito e cinco), conforme autorizado em 2015, para a frota de cerco/trainheira; e 1.036 (mil e trinta e seis) para o emalhe anilhado.*

*Art. 3º Os interessados em obter a autorização de pesca de que trata esta Instrução Normativa deverão preencher requerimento específico, disponibilizado online pela Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SAP/MAPA no sítio eletrônico <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/aquicultura-e-pesca>, e enviar conjuntamente a documentação comprobatória dos critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa, no prazo máximo de 3 (três dias) úteis, a contar da data de publicação desta Instrução Normativa até a 00:00 (zero) hora do terceiro dia.*

(...)

*Art. 4º A embarcação a ser autorizada a pescar tainha, utilizando método de cerco/traineira, deverá atender aos seguintes critérios:*

*I - estar devidamente autorizada para a captura de sardinha verdadeira (Sardinella brasiliensis) nos moldes da Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011;*

*II - ter atuado na pesca de tainha em pelo menos 1 (um) ano no período de 2008-2018;*

*III - estar devidamente aderida e ativa no Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite - PREPS;*

*IV - estar devidamente regular quanto à entrega de Mapas de Bordo, conforme definido na legislação específica; e*

*V - não ter condenação transitada em julgada, em sede de processo administrativo ou judicial, por prática de pesca ilegal.*

*§ 1º Será autorizada apenas uma embarcação por proprietário (CNPJ/CPF);*

*§ 2º As embarcações que foram deferidas no processo seletivo de 2018 e que ficaram fora do quantitativo das vagas definidas, constantes no Anexo II da Portaria SEAP/PR nº 60, de 7 de junho de 2018, para essa safra, terão prioridade na análise e seleção.*

(...)"

A Portaria nº 2.499/19, que listou as embarcações autorizadas, estabeleceu em seu art. 5º que *"será permissionada a pesca de 49,75 toneladas por embarcação permissionada nesta Portaria, as quais serão controladas por meio do Sistema de Monitoramento da Pesca da Tainha (SisTainha)".* O parágrafo único do citado dispositivo prevê, ainda, que, *"quando uma embarcação atingir o total máximo de toneladas permitidas para captura, a Autorização de Pesca Complementar estará automaticamente suspensa e a embarcação poderá retornar à atividade prevista em seu Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira - RAEP".*

Preliminarmente, diga-se que a regulamentação da pesca tem como lastro o art. 3º da Lei nº 11.959/09, que atribuiu como competência do Poder Público o poder-dever de regulamentar a questão, *"conciliando o equilíbrio entre o princípio da sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados econômicos e sociais, calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso".*

Examinando em conjunto os dispositivos acima transcritos, evidencia-se que o esforço para a proteção dos recursos da aquicultura e da pesca autoriza às autoridades públicas estabelecerem limites de atividade pesqueira (que abarca desde o momento da pesca até o momento da comercialização beneficiada), incluindo proibição total da atividade em determinado período.

O estudo “*Avaliação do Estoque da Tainha (Mugil Liza): a atualização do status do estoque sul*”, aprovado na 2º Reunião do Subcomitê Científico vinculado ao Comitê Permanente de Gestão e do Uso Sustentável dos Recursos Pelágicos do Sudeste e Sul–CPG Pelágicos SE/S, atualiza a avaliação do estoque do Sudeste Sul para a espécie a partir de uma análise estatística de dados de Captura por Unidade de Esforço (CPUE) com uma amplitude temporal de 37 anos (de 1980 à 2017), contabiliza informações provenientes do Instituto de Pesca de São Paulo – IP/SP, da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI/GEP, do Laboratório de Estatística Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande (FURG/LEA), bem como de publicações oficiais e não oficiais de órgãos do Governo Federal, como o Ministério do Meio Ambiente – MMA e o extinto Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA.

Essa avaliação estabeleceu como Rendimento Máximo Sustentável (RMS) para a pesca da tainha o valor de 7.996 toneladas, o Limite Biologicamente Aceitável (LBA) de 6.197 toneladas e o Limite de Captura Anual (LCA) é de 5.677 toneladas. Este valor é dividido entre a pesca industrial e a frota de emalhe anilhado – não sendo aplicada para a pesca artesanal de praia. Dessa forma, esta pesquisa aponta que a pesca da tainha, mesmo sendo realizada no período reprodutivo da espécie, se mostra sustentável desde que respeitados os limites de exploração.

Nesse ponto, enfatizo entendimento no sentido de que, *a priori*, os estudos envidados pela Administração Pública por meio de seus órgãos competentes, visando a garantir a pesca ordenada de tainha, não demonstram a impossibilidade da prática de tal atividade. Ou seja, em especial nesse exame perfunctório, não acolho a impugnação do MPF contra a autorização da pesca da tainha, principalmente havendo uma gestão realizada por cotas de captura, limitando a exploração da tainha de acordo com a capacidade de suporte do recurso, como recomenda o estudo.

Entretanto, especificamente para esta safra de 2019, as autorizações dadas parecem apresentar inconsistências no que diz com o plano de preservação e a determinação legal e constitucional da proteção ambiental.

Listadas e sorteadas as 32 embarcações para a realização da pesca de cerco, observou-se que 21 delas possuem AB superior às 49,75 toneladas cuja pesca foi permissionada.

Tal volume, conforme fundamentação supra, deverá ser controlado pelo SISTAINHA. Ocorre que a documentação juntada aos autos pelo MPF na exordial indica que os órgãos e instituições, inclusive o IBAMA, os quais devem ter acesso a tais informações, não estão sendo tempestivamente informados dos fatos. Considerando que o delay de poucos dias pode acarretar uma pesca em quantidade muito maior do que a permitida, o fato é deveras grave.



A ONG Oceana, por exemplo, oficiou dando conta de que os membros do Comitê de Acompanhamento, justamente aqueles responsáveis pelos estudos de estoque da tainha, "não tiveram acesso ao SISTAINHA, e aos volumes utilizados de cotas de cada embarcação, de cada frota e o somatório total de capturas".

Já o IBAMA, após solicitar à SAP/MAPA o acesso às informações do SISTAINHA, e ter como resposta a suficiência do novo sistema para acompanhamento em tempo real da pesca, manifestou-se dizendo que "a medida adotada por aquele Ministério não é suficiente. A fim de minimizar os efeitos do atraso na concessão de acesso, como apresenta o referido ofício, foi enviada lista das empresas aptas a receberem a tainha durante a safra, o que auxilia, mas não é suficiente (...) não temos acesso ainda ao SISTAINHA, mas pelas inconsistências apontadas acima e, pelas reclamações manifestadas por representantes do setor pesqueiro na primeira reunião do comitê de acompanhamento da safra da tainha, presume-se que o sistema ainda não apresenta plena operacionalidade".

Destaque-se que, em caso recente que aportou a esta Relatoria (Apelação nos autos da ACP nº 5007116-97.2018.4.04.7208), verificou-se que, "especificamente no ano de 2018, como anualmente ocorre desde o início da regulação restrita da pesca da tainha, foi criado Grupo de Trabalho composto por técnicos membros do Poder Público, por representantes da sociedade civil e por representantes do setor para analisar a situação ambiental e econômica para o ano. Conforme menciona o documento juntado no evento 17, 'ao início da abertura da temporada para a pesca industrial de 2018, verificou-se a possível ocorrência de um fenômeno ambiental chamado de super-safra ou hiper-agregação (...) caracterizado por um comportamento de maior agregação dos cardumes em razão a estímulos ambientais de temperatura e movimento de correntes, tornando a captura pela frota industrial de cerco mais prática, já que os peixes se aglomeram todos em áreas muito menores do que o habitual. Essa hiper-agregação desencadeou (...) que em 8 dias de pescarias fossem capturados, somente pela frota industrial, 4.800,89 toneladas de tainha, volume 212% maior do que a cota permitida que era de 2.221 toneladas (dados processados até 22/06/2018)".

O que se verifica, então, é que rigorosamente a pesca da tainha vem sendo regulamentada de forma a conferir especial proteção à sustentabilidade, impondo-se limitações à referida modalidade de pesca. Ocorre que, especificamente neste ano de 2019, a política adotada parece não estar cumprindo com rigor a preservação determinada em lei, do que a intervenção do Judiciário, instado pelo Ministério Público Federal, mostra-se necessária, conforme passarei a analisar especificamente cada um dos requerimentos do *Parquet*.

**b.1) suspensão do início da referida safra, pelo menos até que estabeleçam, e de modo público, confiável e auditável, os controles necessários a aferir on line e em tempo real a observância,**

**pelos demais réus, das cotas que lhes foram individualmente atribuídas**

Nos termos da fundamentação supra, há informações suficientes nos autos a indicar que, de fato, o SISTAINHA não está protegendo de forma suficiente a pesca da tainha. Em que pese a UNIÃO, em seu pedido de reconsideração, afirme que *"o painel de acompanhamento em tempo real se encontra disponível para acesso na página do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento"*, o MPF e o IBAMA enfatizam que *"o SISTAINHA não permite o controle em tempo real da frota industrial de cerco, pois os dados são disponibilizados com horas ou dias depois da captura. Não é possível acompanhar o atingimento das cotas de pesca, tampouco indicar as embarcações que venham a incorrer nas irregularidades"*. A constatação, somada ao fato de que a grande maioria das embarcações possui condições físicas de pescar muito mais do que lhes foi autorizado, é indício bastante a apontar o risco ambiental da espécie.

O pleito liminar deve ser deferido no ponto.

**b.2) independente do provimento do pedido anterior, sejam suspensos por esse MM Juízo os efeitos da Portaria SAP/MAPA nº 2.449/2019 em relação a todas as embarcações listadas em seu Anexo I que Arqueação Bruta seja superior à cota individual**

Em que pese haja risco à espécie o fato de embarcações com AB com grande capacidade estejam em plena pesca de tainha, mas devam se limitar a fazê-la em quantidade inferior a sua AB, verifica-se que a concessão do pedido vertido no ponto b.1 já se mostra suficiente para obstar a concretização do dano ambiental.

Com efeito, não se está determinando que apenas embarcações com AB exata para a pesca de 49,75 toneladas devam ser permissionadas. Ao contrário, na regulamentação atual, não há vedação a que embarcações maiores estejam no mar praticando sua atividade pesqueira. Entretanto, é imperioso que estejam sendo acompanhadas em tempo real e que este sistema de monitoramento permita averiguar o cumprimento das limitações máximas de pesca.

Considerando que se estivesse funcionando adequadamente o sistema de monitoramento já seria suficiente a inibir a prática irregular, mostra-se desnecessário, ao menos por ora, proibir a atuação das embarcações maiores.

O pleito liminar deve ser indeferido no ponto, portanto.

**b.3) independente do provimento dos pedidos anteriores, sejam suspensos por esse MM Juízo os efeitos da Portaria SAP/MAPA nº 2.499/2019 em relação a todas as**

**embarcações listadas em seu Anexo I, porquanto, analisados seus registros no Sistema PREPS desde o dia 01/06/2018, foram observadas interrupções de sinais injustificadas em todas elas**

O PREPS, Programa Nacional de Rastreamento de Embarcação Pesqueira por Satélite, foi instituído pela IN SEAP/MMA/MD nº 2/06 *"para fins de monitoramento, gestão pesqueira e controle das operações da frota pesqueira permissionada pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República-SEAP/PR."*

Tem como desiderato acompanhar a localização das frotas para garantir que não haja pesca em local e/ou em época proibida. As embarcações cuja participação no PREPS é obrigatória estão elencadas na normativa, enquadrando-se nela todas as rés do presente feito, em razão do tipo de pesca que praticam e de seu tamanho. Nos termos da mesma normativa e justamente para cumprir com sua função, não basta apenas participarem do PREPS. As rés devem manter o sistema de monitoramento sempre ligado. O desligamento do PREPS em determinadas situações constitui indício de prática de pesca irregular.

Nesse contexto, embarcações que tenham apresentado interrupção injustificada no sistema não devem ser autorizadas à pesca da tainha.

O pleito liminar deve ser deferido no ponto.

**b.3.1) subsidiariamente ao pedido imediatamente anterior, sejam suspensos por esse MM Juízo os efeitos da Portaria SAP/MAPA nº 2.499/2019: b.3.1.1) em relação às embarcações com Certificado de Regularidade do CTF de seu titular; b.3.1.2) em relação às embarcações que seus titulares sequer possuam registro no Cadastro Técnico Federal**

Conforme Lei nº 11.959/09, *"toda pessoa, física ou jurídica, que exerça atividade pesqueira bem como a embarcação de pesca devem ser previamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira, bem como no Cadastro Técnico Federal - CTF na forma da legislação específica"*.

Vê-se, portanto, que é requisito para a atividade pesqueira, o CTF atualizado.

O pleito liminar, portanto, deve ser deferido nos pontos, para afastar da temporada de pesca da tainha as embarcações rés que não possuam CTF ou que ele esteja cancelado.

Considerando que parte das embarcações rés postularam pedido de reconsideração apresentando CTFs regulares, devem ter a reconsideração atendida no ponto sem, contudo, que tal entendimento conduza automaticamente à restauração do direito à pesca, já que ainda, conforme fundamentação supra, não podem ser autorizadas aquelas que

apresentaram desligamento injustificado do PRES P e, ainda, considerando que a referida safra está suspensa, *"pelo menos até que estabeleçam, e de modo público, confiável e auditável, os controles necessários a aferir on line e em tempo real a observância, pelos demais réus, das cotas que lhes foram individualmente atribuídas"*

**b.3.1.3) em relação às seguintes embarcações, porquanto autuadas pelo IBAMA: (...)**

Considerando que o pleito não faz distinção entre os tipos de autuação e o requisito do prévio trânsito em julgado, para evitar violação ao devido processo legal e ao direito de defesa, a liminar não é deferida no ponto.

**b.3.1.4) em relação às seguintes embarcações, porquanto apresentam falhas no rastreamento por satélite (PREPS) nos últimos 12 meses: (...)**

O pedido está abarcado no deferimento do ponto b.3 supra.

**b.4) a fixação de multa para o caso de inobservância, por qualquer dos réus, da suspensão que venha a ser determinada por esse MM Juízo**

O exame da liminar feito em regime de plantão pelo Desembargador Federal Plantonista Márcio Antonio Rocha deferiu em parte a tutela de urgência, ora alargada nos termos da fundamentação supra, fixando multa diária de R\$ 500.000,00 à UNIÃO caso não providenciasse o imediato aviso às embarcações acerca do entendimento então proferido. Deixou entretanto, de fixar multa às embarcações que desobedecessem a determinação.

Postulada reconsideração por parte da UNIÃO em relação à multa, ainda em regime de plantão a mesma foi mantida.

Neste momento, alargada a decisão, mantenho o valor fixado e a mesma determinação de que *"por seu órgão competente, deverá, incontinenti, providenciar a comunicação, por todos meios disponíveis, inclusive por rádio das embarcações, inclusive certificando a ocorrência, aos responsáveis pelas Embarcações enquadradas na situação do item I quanto à suspensão das autorizações de pesca, disponibilizando, ainda, de forma clara e pública, lista da embarcações afetadas por esta decisão, sob pena de multa diária de R\$500.000,00."*

*No prazo de 24 horas da comunicação do presente, deverá ser juntado pelos responsáveis pelo sistema SISTAINHA, extratos dos quantitativos hora a hora de pesca já comunicados desde o início do período de autorização de pesca."*

**Ainda, fixo multa diária de R\$ 100.000,00 para cada embarcação que desobedecer o comando aqui proferido.**

Por fim, vejamos ainda especificamente as alegações da UNIÃO e das embarcações agravadas.

**Pedido de Reconsideração apresentado por MARCOS ANTONIO PEIXOTO DA FONSECA (YAGOPESCAF), YAGO MENEZES PEIXOTO (YAGO F), VALDECIR DOS SANTOS (OURO PESCA), EDUARDO CUNHA FERREIRA (ESTRELA DO HORIZONTE V), COM IND PESC KOWALSKY IV), PASSAGEM IND COM GELO (VÔ LINDO) e TRANSP COM PESC MAGALHÃES (MAGALHÃES SILVA XVI)**

Conforme já referido, MARCOS ANTONIO PEIXOTO DA FONSECA (YAGOPESCAF), YAGO MENEZES PEIXOTO (YAGO F), VALDECIR DOS SANTOS (OURO PESCA), EDUARDO CUNHA FERREIRA (ESTRELA DO HORIZONTE V), COM IND PESC KOWALSKY IV), PASSAGEM IND COM GELO (VÔ LINDO) e TRANSP COM PESC MAGALHÃES (MAGALHÃES SILVA XVI) trazem aos autos suas CTFs.

Também conforme fundamentado linhas acima, a pesca está suspensa para tal tipo de embarcação até que seja regularizado o acompanhamento real da atividade. Em sendo comprovada tal regularização, e não havendo informação de que apresentaram desligamento injustificado do PREPS desde 01/06/2018, as embarcações que apresentaram suas CTFs podem iniciar sua safra.

Enfatizo que a alegação de que a IN nº 09/2016 não traz a CTF como requisito para a autorização não merece acolhida, visto que a mesma é requisito legal para qualquer prática pesqueira industrial.

Não há dúvida de que a pesca no litoral catarinense é fonte de sustento de muitas famílias. Entretanto, conforme ampla fundamentação, é imperiosa a convivência pacífica do direito do exercício da atividade com a proteção ambiental constitucionalmente prevista, do que a decisão ora proferida justamente respeita a Política Nacional do MAPA.

Destaque-se, no que diz com a irresignação dos traineiros de serem tolhidos, sem tolhimento também dos pescadores de emalhe e dos pescadores artesanais, que o MPF em sua exordial detalha o aumento do poder de pesca das traineiras nas últimas décadas, não podendo ser desconsiderado seu potencial de dano ambiental muito maior do que pesqueiros menores e, ainda, pescadores artesanais.

**Pedido de Reconsideração de LIZETI FERREIRA (ATENA F), MILE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - ME (CLARA C), MARCOS AURÉLIO DA SILVA (DOM MARCU'S) GAVIÃO PESCADOR TRANSPORTES LTDA ME (GAVIÃO PESCADOR III), MARCO AUGUSTO ONISHI (PRIMAVERA VIII) JOSÉ GILVÂNIO BARRETO (SEIVAL III), LUCIMAR TEREZINHA WWISS (VERDE VALE IV), LIZETI FERREIRA**

**(PRIMAVERA XVI - ARRENDADO DE LIFE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA) e GUSTAVO ROCHA MEINTAINIS (ALEXANDRE MAGNO IV)**

LIZETI FERREIRA (ATENA F), MILE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - ME (CLARA C), MARCOS AURÉLIO DA SILVA (DOM MARCU'S) GAVIÃO PESCADOR TRANSPORTES LTDA ME (GAVIÃO PESCADOR III), MARCO AUGUSTO ONISHI (PRIMAVERA VIII) JOSÉ GILVÂNIO BARRETO (SEIVAL III), LUCIMAR TEREZINHA WWISS (VERDE VALE IV), LIZETI FERREIRA (PRIMAVERA XVI - ARRENDADO DE LIFE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA) e GUSTAVO ROCHA MEINTAINIS (ALEXANDRE MAGNO IV) trazem suas CTFs e se dispõem a prestar "compromisso de avisar o IBAMA com a antecedência mínima de 5 (cinco) horas seu deslocamento ao porto de descarga, a fim de que o desembarque seja devidamente fiscalizado, eliminando, assim, qualquer dúvida a respeito, evitando também o risco à comunidade tradicional da pesca catarinense, a qual engloba todos os tipos de frota"

Conforme já fundamentado, a pesca está suspensa para tal espécie de embarcação até regularização do acompanhamento real da atividade. Em sendo comprovada tal regularização, e não havendo informação de que apresentaram desligamento injustificado do PREPS desde 01/06/2018, as embarcações que apresentaram suas CTFs podem iniciar sua safra.

Destaco que o mero compromisso de avisar o IBAMA antes do desembarque não é suficiente para permitir o exercício de uma atividade que tem sido feita de uma forma cada vez mais agressiva, razão pela qual é necessária a regularização do sistema de monitoramento.

Por fim, apenas consigno que a impugnação à pretensão do MPF de ver suspensa a pesca de embarcações autuadas pelo IBAMA já foi analisada em item precedente.

**Pedido de Reconsideração da UNIÃO**

Como já se disse, o meio ambiente é constitucionalmente protegido, a legislação de regência prevê o poder-dever dos órgãos da administração de providenciar a respectiva proteção e, no que diz com a pesca da tainha, os estudos buscam garantir que a atividade pesqueira seja realizada, em prol das comunidades tradicionais, sem degradação ambiental e sem risco à espécie.

A UNIÃO, por meio do MAPA, vem executando hígidos estudos para garantir o cumprimento de seu desiderato. Entretanto, especificamente neste ano de 2019, verificaram-se incongruências entre o resultado dos estudos e o plano de pesca posto em prática, em especial a introdução do SISTAINHA e sua efetiva capacidade de garantir um

acompanhamento real da pesca efetuada por embarcações com capacidade de pesca muito maior do que aquela autorizada pela normativa.

Nesse contexto, a atuação do MPF mediante intervenção do Judiciário é medida que se impõe e não viola a separação dos poderes do que, ao menos neste exame perfunctório, a concessão parcial da liminar resta imperativa.

### Dispositivo

Ante o exposto, **(a) em sede de juízo de retratação**, na forma do art. 1.021, §2º, do CPC, **defiro em parte o pleito liminar do MPF para determinar a suspensão da safra da tainha 2019 às embarcações traineiras** até que se estabeleçam, de modo público, confiável e auditável, os controles necessários a aferir *on line* e em tempo real a observância, pelos réus, das cotas que lhes foram individualmente atribuídas (item b.1 da exordial); àquelas embarcações cujos registros do Sistema PREPS tenham apresentado interrupção injustificada desde o dia 01/06/2018 (item b.3 da exordial); àquelas que tenham CTF cancelado ou não o possuam (itens b.3.1.1 e b.3.1.2); fixada multa diária de R\$ 100.000,00 em caso de descumprimento; **(b) em sede de juízo de reconsideração**, autorizo às embarcações com CTF regular à pesca da tainha na modalidade cerco - safra/2019, não havendo qualquer outro impedimento ou suspensão na forma da fundamentação supra.

Determino à UNIÃO, por seu órgão competente, *incontinenti*, providenciar a comunicação, por todos meios disponíveis, inclusive por rádio das embarcações e certificando a ocorrência aos responsáveis pelas Embarcações enquadradas na situação do item 1 quanto à suspensão das autorizações de pesca, disponibilizando, ainda, de forma clara e pública, lista da embarcações afetadas por esta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 500.000,00.

No prazo de 24 horas da comunicação do presente, deverá ser juntado pelos responsáveis pelo sistema SISTAINHA, extratos dos quantitativos hora a hora de pesca já comunicados desde o início do período de autorização de pesca.

Intimem-se, sendo as rés nos termos do art. 1019, II, do CPC/2015.

Comunique-se à Vara de origem.

Encaminhem-se os autos ao MPF para parecer.

Após, voltem conclusos.

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA, Desembargadora Federal Relatora**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40001150705v37** e do código CRC **b529713d**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA

Data e Hora: 11/6/2019, às 11:20:13

---

**5023208-12.2019.4.04.0000**

**40001150705.V37**